



PROCESSO Nº: 0025180-52.2016.8.18.0140

CLASSE: Procedimento Comum Cível

Autor: RAIMUNDO NUNES REGO

Réu: BELAZARTE -SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA -ME, CLEIDE MARIA CARVALHO DE SABOIA, FRANCISCO DE JESUS DOS REIS, RAYNERE NUNES PEREIRA REGO, JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ

SENTENÇA

RELATÓRIO

Trata-se de ação ordinária de anulação de ato jurídico c/c indenização por danos morais, materiais e antecipação de tutela interposta por RAIMUNDO NUNES RÊGO em face de BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA-ME, CLEIDE MARIA CARVALHO DE SABÓIA, FRANCISCO DE JESUS DOS REIS, RAYNERE NUNES PEREIRA RÊGO E JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ.

Aduz a parte autora que é viúvo de Antônia Vaz Pereira Rêgo, falecida em 21/04/2013, a qual detinha Sociedade Empresarial com o Sr. Raynere Nunes Pereira Rêgo(filho da falecida e do autor), que era denominada Belazarte Comunicação Gráfica Ltda.

Afirma que o CONTADOR da empresa era o Sr. Francisco de Jesus dos Reis, que, segundo o autor, era de extrema confiança da “de cuius”.

Narra que a empresa possuía a seguinte composição social: 80% do capital social pertencente a viúva do autor, e os outros 20%, pertencia ao seu filho “Raynere”.

Informa que, de forma “desconhecida pela família”, o requerido RAYNERE NUNES PEREIRA RÊGO obteve a totalidade das cotas da sociedade empresarial, tornando-se o único sócio da sociedade empresária.

O autor esclarece que desconhece qualquer transferência de cotas da falecida, com objetivo de se retirar da sociedade empresarial, assim como os demais filhos da Sra. Antônia Vaz Pereira Rêgo.

Sustenta, que ao tempo da morte da sua companheira, o seu filho RAYNERE NUNES PEREIRA RÊGO, e os demais requeridos, passou a administrar a empresa e, após o falecimento da Sra. Antonia Vaz Pereira Rêgo, e que, por se tratar de pessoa leiga na área empresarial, veio a descobrir a falsificação/fraude na transferência das cotas sociais aos após a morte de sua companheira.

Diante do que expõe, a parte autora, pleiteia em tutela antecipada: a) o bloqueio dos valores da empresa atualmente; b) que o autor faça parte da administração da empresa ou a nomeação de uma pessoa de confiança para o exercício da gerência da



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

empresa até o trânsito em julgado da lide; e c) que seja determinado o afastamento dos requeridos “proprietários”.

Requer, ainda, a parte autora, no mérito: a) a citação dos requeridos para responder no prazo legal; b) a procedência da ação com a **condenação de forma solidária e, condenação em a título de danos morais a ser fixado pelo juízo** e, condenação em danos materiais no importe de 80% (oitenta por centos) do valor de R\$ 850.000,00 atualizado, bem como seja decretado o ato nulo da “assinatura”, devendo ser retomada a empresa ao autor como detentor do direito e os demais pedidos; c) a condenação em custas processuais; d) o cancelamento na Junta Comercial do Piauí dos contratos desde o ato nulo, atingindo assim, todos os posteriores ao mesmo; e) determinar que o nome da falecida volte a constar como sócia da empresa e o que autor, na qualidade de viúvo, possa administrar os bens ativos, passivos e patrimoniais; f) a notificação do Ministério Público Estadual para querendo investigar/apurar a responsabilidade criminal da falsificação da assinatura, de acordo com a legislação específica, responsabilizando todos que concorreram para esta finalidade; g) provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, especificamente pericial, documental e depoimento pessoal do promovente; h) seja solicitado aos requeridos “proprietários” os extratos de todos os faturamentos obtidos pela empresa desde quando houve a falsificação do aditivo do contrato social 07.

A inicial veio instruída com documentos. (fls.21 a 51).

Ad cautelam, as partes requeridas foram intimadas para se manifestarem sobre o pedido liminar. (fl.53).

As partes réis se manifestam sobre pedido liminar, Cleide Maria Carvalho Sabóia (fls.60/163), Belazarte Serviços de Consultoria Ltda ME e Francisco de Jesus dos Reis (fls.164/228), Raynere Nunes Pereira Rêgo (fls.229/234) e Junta Comercial do Estado do Piauí (fls.250/280), requerendo, em suma, o indeferimento da liminar.

Proferida decisão em, 06/12/2016 indeferindo o pedido de tutela de urgência e determinando a citação dos réus. (fls.281/282).

Contestação apresentada pela Junta Comercial do Estado do Piauí, em 26/01/2017, refutando: a) a condenação solidária por danos morais, ao fundamento de não ter dado causa para os acontecidos; b) a condenação nas custas processuais e honorários advocatícios, com base na impossibilidade do pedido; c) o cancelamento na Junta Comercial do Piauí, dos contratos desde o ato nulo, de forma que atinja todos os posteriores; d) o pleito de recolocação do nome da falecida como sócia da empresa; e e) requerendo perícia grafotécnica, requerendo a improcedência da ação. (fls.287/290).

Contestação apresentada por Raynere Nunes Pereira Rêgo em, 22/05/2017 reafirmando a manifestação já protocolada nos autos, na qual confirma a fraude e se isenta de responsabilidade pela assinatura falsa do documento público que na qual foram transferidas as quotas empresariais para o Sr. Francisco com participação e ciência da Sra. Cleide. (fl.303).

Contestação apresentada por Francisco de Jesus dos Reis em, 22/02/2017, rebatendo os pedidos de dano moral, material e decretação de ato nulo; cancelamento na Junta Comercial dos contratos desde o ato nulo; de administração da empresa pelo requerente; de justiça gratuita requerida. Solicita o deferimento do sigilo processual, pugnando pela improcedência dos pedidos da parte autora. (fls.304/311).

Contestação apresentada por Cleide Maria Carvalho Sabóia em, 22/08/2017 requerendo: a) prova grafotécnica de todos os citados e nominados; b) solicitação a todos



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

os órgãos públicos, cópias de contratos havidos entre a Empresa Belazarte e os terceiros eventuais, anteriores ao dia 02/01/2013; c) cópias dos cartões de autógrafos dos senhores Raynere Nunes Pereira Rêgo e Antônio existentes em todos os cartórios públicos da comarca; e d)cópia dos extratos bancários do autor e seu filho Raynere Nunes Pereira Rêgo, dos últimos 10 anos, em todas as instituições financeiras. Pugnando a negativa a todos os pleitos autorais. (fls.312/320).

Contestação apresentada pela Belazarte Serviços de Consultoria Ltda ME em, 22/02/2017 refutando os pedidos de dano moral, material e decretação de ato nulo; cancelamento na Junta Comercial dos contratos desde o ato nulo; de administração da empresa pelo requerente; de justiça gratuita requerida. Solicita o deferimento do sigilo processual, pugnando pela improcedência dos pedidos da parte autora. (fls.321/328).

Peticiona a parte autora em, 07/03/2017, solicitando ordenamento do feito, para: a) seja observado a celeridade processual, em razão da parte autora ser “Idoso”(Art. 1048 CPC); b) designada audiência de conciliação e mediação; c)requerendo o prosseguimento do feito, haja vista não ocorrer nenhuma ilegalidade; d) o deferimento de perícia grafotécnica (fls.329/332).

Audiência designada para o dia 22/08/2017 às 9:00h, que não se realizou em virtude da ausência do Juiz Titular, encontrar-se em audiência na Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí. (fl.355).

Peticiona a parte ré Raynere Nunes Pereira Rêgo em, 28/09/2017 apresentando incidente de falsidade documental requerendo a realização de exame grafotécnico realizado por perito oficial, em razão de manifesta suspeita de falsidade documental, bem como seja notificada a Junta Comercial e a Secretaria Estadual da Fazenda Pública do Estado do Piauí a fim de que disponibilize documentos assinados pela senhora Antônia Vaz Pereira Rêgo.(fls.358/377).

Proferida decisão em, 05/10/2017 determinando a intimação das partes para se manifestarem sobre o pedido apresentado de incidente de falsidade documental. (fl.378).

A parte autora se manifesta sobre o incidente de falsidade documental em, 27/10/2017 concordando com o procedimento adotado de exame pericial “Grafotécnico e Documentoscópico”, requerendo urgência, haja vista o autor ser idoso. (fl.379).

A parte ré Raynere Nunes Pereira Rêgo em, 29/11/2017 indica como Assistente Técnico de Perícia o especialista Pitágoras Veras Veloso de Araújo, informando que apresentará os quesitos em tempo hábil.(fl.380).

As partes rés Belazarte Serviços de Consultoria Ltda ME, Francisco de Jesus dos Reis e Cleide Maria Carvalho Sabóia apresentam manifestação em, 10/11/2017 acerca do incidente de falsidade documental interposto por Raynere Nunes Pereira do Rêgo requerendo o julgamento antecipado da lide, improcedência do feito e condenação da parte autora em litigância de má-fé.(fls.381/388).

Proferida decisão em, 28/02/2018, deferindo a prova pericial, determinando que a Junta Comercial disponibilize ao perito nomeado os documentos indicados na fl.391 e determinando a expedição de ofício ao Instituto de Perícia Criminal do Piauí para que indique Perito para realizar a prova técnica necessária. (fl.411).

Peticiona a Junta Comercial do Piauí em, 13/03/2018 com manifestação acerca da disponibilização das documentações para realização de perícia, com juntada de



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

documentos originais, requerendo a devolução dos mesmos até 12/04/2018, em razão das restrições legais no que concerne a retirada de documentos arquivados na Junta Comercial. (fls.413/483).

O Ministério Público se manifesta em, 03/04/2018 informando que não tem quesitos a formular e também não tem indicação de assistente técnico.(fl.486v).

Ofício 0426/18 oriundo do Instituto de Criminalística sugerindo o nome do Perito José Luiz de Sousa Filho. (fl.487).

Proferido despacho em, 28/05/2018 nomeando o perito José Luiz de Sousa Filho, facultando as partes a formulação de quesitos. (fl.488).

Manifestação do perito apresentando proposta de honorários no valor de R\$ 2.862,00(dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais). (fl.491).

Proferido despacho intimando as partes para se manifestarem sobre os honorários do Perito nomeado em 29/06/2018(fl.495).

Parte autora concorda com os honorários do perito.(fl.496).

Parte ré Raynere Nunes Pereira Rêgo apresenta quesitos. (fl.497).

Sem manifestação das demais partes, conforme certidão da secretaria.(fl.501).

Proferido despacho em, 29/08/2018 determinando a expedição de ofício para Caixa Econômica Federal a fim de abertura de conta corrente vinculada ao presente processo para fins de depósito dos honorários periciais.(fl.514).

A parte ré Raynere Nunes Pereira do Rêgo em, 10/09/2018 apresenta comprovante de depósito de pagamento de honorários periciais no valor de R\$ 2.862,00(dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais). (fls.516/517).

O Perito José Luiz de Souza Filho apresenta em, 12/11/2018 laudo pericial, afirmando que a assinatura apostila no Aditivo Social nº 07, relativo ao Contrato Social da Empresa Belazarte Serviços de consultoria e Comércio Ltda- ME, atribuídos ao punho escritor da de cujas Antônia Vaz Pereira Rêgo, revelaram-se divergentes das assinaturas padrões da mesma, em seus elementos de ordem geral e em seus mínimos gráficos, autorizando o analista signatário inferir que promanaram de punhos escritores distintos, sendo, portanto, as manifestações gráficas suspeitas, fruto de falsificação, requerendo ao final, a liberação dos seus honorários depositados em juízo.(fls.520/528).

Devolução dos documentos do perito para a Junta Comercial do Estado do Piauí. (fls.529, 533 e 534).

Peticiona a parte autora em 27/11/2018 se manifestando sobre o laudo pericial requerendo a reconsideração da concessão da tutela de urgência, diante da comprovação cabal dos fatos e reiterando todos os pedidos na inicial. (fl.535).

Peticionam as partes rés Belazarte Serviços de Consultoria Ltda ME, Francisco de Jesus dos Reis e Cleide Maria Carvalho Sabóia em, 28/11/2018 se manifestando sobre o laudo pericial, aduzindo que no caso concreto, está-se diante de fraude na transferência de cota realizada entre mãe e filho e, que os atuais sócios são terceiros/compradores de boa-fé, que adquiriram cotas registradas na Junta Comercial, não podendo sofrer qualquer influência da relação pretérita, requerendo a improcedência da lide, condenado-se o autor em litigância de má-fé e multa.(fl.536).

Peticiona a Junta Comercial do Estado do Piauí em, 06/12/2018 se manifestando acerca do laudo pericial, aduzindo que enquanto órgão meramente arquivador dos atos constitutivos empresariais, cumpriu o dever legal para o qual foi instituída, qual



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

seja, arquivar a documentação referente à empresa em tela, Belazarte Comunicação Gráfica Ltda, tendo em vista que haviam observados os requisitos formais previamente elencados em lei, aduzindo ainda que aguarda manifestação deste juízo quanto ao pedido liminar e aos efeitos do prosseguimento do feito que implicará para esta Junta Comercial do Estado do Piauí, informando que, tendo em vista o resultado da perícia grafotécnica, esta autarquia segue com o bloqueio administrativo do registro da referida empresa para prevenir possíveis fraudes, até decisão judicial definitiva.(fl.537).

Peticiona a parte ré Raynere Nunes Pereira do Rêgo em, 07/12/2018 se manifestando acerca do laudo pericial requerendo o julgamento do feito pelo rito que lhe é próprio. (fl.538).

Parte autora se manifesta em, 19/12/2018 informando a existência de processo de inventário na 2^a Vara de Família e Sucessões, sob o nº 0028454-29.2013.8.18.0140 (data da abertura do processo em 28/11/2013), requerendo o julgamento antecipado do mérito. (fl.541).

Proferido despacho deste juízo em, 16/01/2019 determinando a intimação das partes rés Cleide Maria Carvalho de Sabóia e Francisco de Jesus dos Reis para se manifestarem acerca do laudo pericial.(fl.542).

As partes rés Francisco de Jesus dos Reis e Cleide Maria Carvalho de Sabóia se manifestam em, 24/01/2019, requerem o reconhecimento dos direitos dos terceiros de boa-fé, resguardando-os, e, em consequência, a declaração de impossibilidade/inviabilidade do retorno da propriedade das cotas aos primitivos proprietários, eis que transferida a terceiros de boa-fé e em consequência aos inúmeros investimentos realizados, que seja condenado o filho/beneficiário contratante do negócio jurídico simulado (Aditivo 07) ao pagamento de indenização, na forma do art. 499 do CPC, ao autor, em quantum equivalente ao valor de mercado do bem à época da alienação (Aditivo 07), a ser apurado em liquidação de sentença e que seja condenado o requerido Raynere Nunes Pereira Rego em litigância de má-fé e multa.(fl.546).

Proferido despacho em, 13/03/2019, determinando a expedição de alvará judicial em favor do perito e após tornem o feito conclusos para sentença.(fl.547).

Alvará Judicial expedido em, 13/03/2019 e entregue ao perito José Luis de Sousa Filho no valor de R\$ 2.862,00(dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais).(fl.548 e 548v).

Proferida decisão em, 21/03/2019 determinando a remessa dos autos ao representante do Ministério Público para opinar no feito sobre o laudo pericial.(fl.551).

Parecer Ministerial opinando pela desnecessidade de intervenção ministerial em virtude de ausência de interesse público. (fl.554).

É o relatório. Decido. Passo a fundamentação.

II-FUNDAMENTAÇÃO

O feito já comporta julgamento antecipado, sendo desnecessárias outras medidas em atividade probatória complementar, nos termos do art. 355, I, do CPC.

Inexistindo questões prejudiciais ou preliminares a apreciar, e presentes as condições da ação e pressupostos processuais, passo diretamente à análise do mérito.



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

A) DO MÉRITO

1) Cessão de Cotas sócias

Como mencionado anteriormente, o autor pleiteia a declaração de nulidade de ato jurídico, referente à transferência de cotas de sociedade empresária supostamente realizada por sua esposa antes de falecer, bem como o cancelamento de todos os atos arquivados na Junta Comercial posteriores ao aditivo alegadamente nulo, fazendo constar o nome da falecida como sócia da empresa requerida e estabelecendo que o autor seja administrador do patrimônio da pessoa jurídica em questão. Requer, ainda, a condenação dos requeridos ao pagamento de indenização por danos morais e materiais.

Observo que o cerne do pleito autoral, do qual decorrem todos os outros pedidos, corresponde ao reconhecimento ou não da nulidade da transferência das cotas da senhora ANTÔNIA VAZ PEREIRA REGO ao seu filho RAYNERE NUNES PEREIRA REGO, ora requerido, efetuada através do Aditivo nº 07 da sociedade empresária demandada, razão pela qual passo a apreciar o aludido pedido.

Conforme se dessome dos documentos colacionados aos autos, a sociedade empresarial denominada BELAZARTE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA-ME, compunha-se por 80%(oitenta por cento) de cotas do capital social pertencente a Antônia Vaz Pereira Rêgo e 20%(vinte por cento) de cotas do capital social pertencente a Raynere Nunes Pereira Rêgo, segundo o , assinado Aditivo Social nº 05 em 20/12/2010 e registrado na Junta Comercial do Estado do Piauí em 16/05/2011, sob o nº 260108.(fls.40/41).

Logo após, foi alterado a denominação social para BELAZARTE- SERVIÇOS DE CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA-ME, o nome de fantasia para BELAZARTE, sendo o Aditivo Social nº 06, assinado em 01/06/2011 e registrado na Junta Comercial do Estado do Piauí em 16/09/2011, sob o nº 265381. (fls.42/43).

Ato contínuo, ocorreu a alteração do quadro societário, com a retirada da sócia Antônia Vaz Pereira Rêgo, com transferência de suas cotas (correspondente à 80% do capital social) para o sócio remanescente Raynere Nunes Pereira Rêgo, ficando este, com 100%(cem por cento) das cotas do capital social, de acordo com o Aditivo Social nº 07, assinado em 02/01/2013 e registrado na Junta Comercial do Estado do Piauí em 19/09/2013, sob o nº 296811.(fls.44/45).

Daí, decorreu outra mudança, no caso o sócio Raynere Nunes Pereira Rêgo transfere a totalidade de suas cotas do capital social para os novos sócios, sendo Cleide Maria Carvalho de Sabóia adquirente de 50%(cinquenta por cento) das cotas do capital social e Francisco de Jesus dos Reis adquirente 50%(cinquenta por cento) das cotas do capital social, bem como resolvem alterar o nome da denominação social para BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA-ME, o nome de fantasia para BELAZARTE, conforme o Aditivo Social nº 08, assinado em 01/10/2013 e registrado na Junta Comercial do Estado do Piauí em 23/05/2014, sob o nº 307819.(fls.46/48), com Contrato Social Consolidado, assinado por Cleide Maria Carvalho de Sabóia e Francisco de Jesus dos Reis em, 26/05/2014. (fls. 49/51).



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

Segundo a parte autora, a transferência relativa ao Aditivo Social nº 07 se deu de forma viciada e sem o conhecimento dos demais familiares, o que motivou o pedido judicial de realização de perícia para averiguar a legitimidade da assinatura apostada no Aditivo Social nº 07, atribuída a Antonia Vaz Pereira Rêgo.

De outro lado, as partes rés Belazarte – Serviços de Consultoria Ltda, Francisco de Jesus dos Reis e Cleide Maria Carvalho Sabóia alegam que são terceiros de boa fé, adquirindo cotas de capital social registrada na Junta Comercial e, que toda a movimentação societária era de conhecimento de toda a família, que a alienação das cotas de capital social, deu-se de forma absolutamente regular e legal, tendo havido a aquisição e adimplemento do que foi adquirido, não podendo os atuais sócios serem afetados, que no caso dos autos, está-se diante da fraude na transferência da cota de capital social realizada entre mãe e filho, mas não podem os atuais sócios sofrer qualquer influência da relação pretérita.

Lado outro, a parte ré Junta Comercial do Estado do Piauí argumenta que enquanto órgão meramente arquivador dos atos constitutivos empresariais, cumpriu o dever legal para o qual foi instituída.

O requerido Raynere Nunes, por sua vez, aduz que não há o que se falar em terceiro adquirente de boa-fé, pois todos os atos foram fraudulentos e sem comprovação do pagamento de nenhum valor ao autor legítimo dono da empresa e ao réu Raynere Nunes Pereira Rêgo.

Após análise aprofundada, pelo contexto de toda a documentação, como bem ressaltou o perito nomeado, este último concluiu que a assinatura que se encontra no aditivo social objeto de análise não pertence à falecida, tratando-se, portanto, de fruto de falsificação, nos termos da conclusão do laudo pericial, cuja transcrição se faz oportuna:

(...)Assim, face ao exposto, o perito nomeado, subscritor do presente laudo, o conclui afirmando que os lançamentos gráficos questionados (assinatura) apostada no Aditivo Social nº 07, relativo ao Contrato Social da Empresa BELAZARTE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA – ME, atribuídos ao punho escritor da de cujus Antônia Vaz Pereira Rêgo, revelaram-se divergentes das assinaturas padrões da mesma, em seus elementos de ordem geral e em seus mínimos gráficos, autorizando o analista signatário inferir que promanaram de punhos escritores distintos, sendo, portanto, as manifestações gráficas suspeitas, fruto de falsificação.(...) fls.528.

Ressalto que, intimadas as partes para apresentarem manifestação acerca do laudo em questão, nenhuma delas impugnou o laudo pericial ou qualquer outra etapa da prova produzida pelo expert.

De outro lado, destaque-se que o requerido RAYNERE NUNES PEREIRA RÊGO, que adquiriu as cotas do capital social, constante do aditivo social nº 07 afirma em manifestação nos presentes autos “(...)que o teor da petição inicial está em conformidade da realidade dos fatos que realmente aconteceram, contudo, DECLARA, que não fora o responsável pela assinatura falsa (...)”, fls. 229.

Desse modo, observando que a prova pericial é consistente e robusta e é corroborada pelo réu RAYNERE NUNES PEREIRA RÊGO.



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

Assim, entendo comprovado nestes autos que a assinatura constante do Aditivo nº 07 não foi firmada pela falecida Antonia Vaz Pereira Rêgo, a qual foi objeto de falsificação.

De início, deve-se ter em conta que a cessão de cotas da sociedade empresária consiste em negócio jurídico que deve ser analisado sob três enfoques: a) existência; b) validade; c) eficácia.

São quatro os elementos de existência: manifestação da vontade, agente, objeto e forma. Sem eles, o negócio jurídico simplesmente não existe.

O negócio jurídico, diferentemente do ato jurídico (em sentido estrito), traz em seu bojo **uma declaração de vontade, emitida de acordo com o princípio da autonomia privada.**

É o elemento essencial do negócio jurídico. **É seu pressuposto de existência**, pois quando não existir pelo menos a aparência de declaração de vontade, não podemos sequer falar em negócio jurídico.

A vontade é um elemento de caráter subjetivo, que se revela através de uma declaração, a vontade não manifestada ou não aceita pela norma, não tem qualquer influência no mundo jurídico.

Nessa conjuntura, verificada a falsidade da assinatura da falecida Antonia Vaz Pereira Rego, quando da transferência de suas cotas sócias, impõe-se, **o reconhecimento da inexistência** do negócio jurídico (cessão de cotas de capital social) realizada, relativa ao Aditivo Social nº 07, pois, a prova da falsificação da assinatura, revela ausência de manifestação de vontade no negócio jurídico.

Nesta linha de intelecção, colaciono jurisprudência:

AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E INDENIZATÓRIA. Pedido de antecipação de tutela recursal considerado prejudicado pela cognição exauriente. Cessão de cotas em favor do filho e procurador do sócio quotista. **Negócio jurídico fraudulento. Falsidade da assinatura atribuída ao cedente, atestada por perícia grafotécnica. Hipótese não de nulidade, mas inexistência do negócio jurídico. Ausência de manifestação de vontade, elemento essencial do negócio jurídico.** Danos materiais. Pretensão à transferência, em favor da sociedade, de imóveis adquiridos pelo cessionário das quotas, autor da fraude, supostamente com numerário da empresa. Impossibilidade de defesa em nome próprio de direito da pessoa jurídica, dotada de personalidade autônoma. Ausência, ademais, de prova de que os bens foram comprados com recursos da pessoa jurídica. Danos morais verificados. Atentado ao bem-estar psicofísico do indivíduo que teve magnitude suficiente para ser reconhecido como dano moral. Sofrimento pelo qual passou o autor, ludibriado por seu próprio filho, atinge estatura suficiente para merecer compensação. Valor indenizatório mantido. Recursos improvidos. (TJSP; Apelação Cível 0015074-20.2012.8.26.0602; Relator (a): Francisco Loureiro; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Sorocaba - 3ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 22/06/2016; Data de Registro: 23/06/2016).

Feitas estas constatações, impende averiguar a consequência jurídica que decorre da declaração de inexistência da transferência de cotas.

Assim, verificada a inexistência de transferência das cotas sociais da sócia majoritária Antonia Vaz Pereira Rego, considerando ainda que houve o falecimento desta



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

em 21/04/2013, à luz **Princípio de Saisine** (art. 1.784 do C. C.), **(80% do capital social) pertencem ao espólio da falecida**, devendo ser objeto de divisão nos autos do inventário no processo n° 0028454-29.2013.8.18.0140, em trâmite na 2ª vara de família e sucessões de Teresina.

Em relação às demais cessões de cotas sociais, é imperioso observar o **princípio da conservação**, nos termos do artigo 184, do Código Civil, in verbis :

Art. 184. Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

Assim, **deve o juiz suprimir ou reduzir a parte viciada do negócio, conservando-o no que for válido.**

Nessa toada, considerando a inexistência do negócio jurídico de cessão das cotas sociais da sócia Antonia Vaz, todos os negócios jurídicos subsequentes que tiveram como objeto tal participação social devem ser declarados nulos.

Não obstante, os negócios jurídicos de transferência de cotas sociais que não tem por objeto a parcela da sócia Antonia Vaz, deve ser mantido hígido. Explico, quando o sócio remanescente Raynere Nunes transferiu a integralidade do capital social para Cleide Maria e Francisco de Jesus (aditivo contratual nº 08, fls. 181), **visando a conservação dos negócios jurídicos**, deve ser declarada nula a transferência de 80% do capital social, porém, deve subsistir a transferência dos 20% restante para os sócios Cleide Maria e Francisco de Jesus, uma vez que o próprio réu Raynere afirma que vendeu suas cotas, mas que não recebeu o pagamento, assim, reconhece a cessão de suas cotas do capital social, sendo esse negócio existente, válido e eficaz.

Considerando que a participação dos sócios Cleide Maria e Francisco de Jesus correspondem a metade do atual capital social, pode-se induzir que cada qual teria adquirido 50% das cotas do Raynere e 50% das cotas da sócia Antonia Vaz, como houve constatação da inexistência da transferência das cotas da Antonia Vaz para o Raynere, pode-se concluir que os sócios Cleide Maria e Francisco de Jesus subsistem, cada qual, com 50% das cotas sociais do sócio Raynere, dito de outro modo, **cada um possui 10% do capital social da pessoa jurídica Belazartes.**

Os sócios atuais, argumentam que adquiriram a empresa imbuídos de boa-fé e não concorreram para a prática de ato ilícito, quando da transferência de titularidade das cotas da referida sociedade empresária.

Ocorre que mesmo que os requeridos Francisco de Jesus e Cleide Maria sejam considerados terceiros de boa-fé, não pode perdurar a situação jurídica gerada pelo negócio inexistente.

Nesse sentido:

Cessão de quotas e alteração de contrato de sociedade mediante falsificação de assinaturas dos sócios. Ato inexistente e que não produz efeito algum. Cessionários que alegam ter recebido o contrato de mãos de terceiro, devidamente citado na presente ação, mas que deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar sua defesa. Inadmissibilidade. Sentença que se confirma. Não provimento. (TJSP; Apelação Cível



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

0017178-35.2012.8.26.0068; Relator (a): Enio Zuliani; Órgão Julgador: 1^a Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Barueri - 4^a Vara Cível; Data do Julgamento: 28/10/2015; Data de Registro: 05/11/2015).

De fato, a boa-fé não pode consolidar a propriedade das cotas sociais em prol dos réus Cleide e Francisco de Jesus, inclusive idêntica solução é adotada nos casos de evicção art.447 e seguintes do CC, uma vez que mesmo o adquirente estando de boa-fé, ocorrerá a perda de propriedade do bem, em virtude da inexistência ou de vício do ato que transferiu a propriedade.

Ora, se a ninguém é dado transferir mais direitos do que possui, o requerido Raynere Nunes não poderia ter alienado as cotas de que não era titular, o que impede a produção dos efeitos da transferência da sociedade aos requeridos Francisco de Jesus e Cleide Maria.

Na verdade, com o falecimento de Antonia Vaz as quotas societárias de sua propriedade devem ser submetidas à partilha entre os herdeiros, procedimento a ser realizado no juízo competente. Ressalte-se, inclusive, que está em curso procedimento de inventário dos bens da falecida, conforme informado pelo autor em petição coligida aos autos.

Ademais, consoante expressa o STF, o eventual reconhecimento de que os réus estavam de boa-fé não serve para manter um negócio inexistente. **Serve apenas para garantir que os atos por ele praticados sejam aproveitados e para que não sejam condenados a devolver os valores recebidos.**

A boa-fé protege contra a retroatividade de pronunciamento, não contra a nulidade ou inexistência patente (STF. 1^a Turma. MS 29323/DF, MS 29970/DF, MS 30267/DF e MS 30268/DF, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgados em 12/2/2019)

De igual modo, a alegação dos requeridos Belazarte, Francisco de Jesus dos Reis e Cleide Maria Carvalho Sabóia de que o autor tinha ciência da transferência das cotas, em razão da declaração de inexistência de bens constante da certidão de óbito da falecida, também não afasta a o reconhecimento da inexistência da transferência de cotas sociais, nem tampouco respalda a propriedade dos mencionados réus em relação as quotas da empresa requerida.

Na verdade, repise-se, com o falecimento de Antonia Vaz as quotas societárias de sua propriedade devem ser submetidas à partilha entre os herdeiros, procedimento a ser realizado no juízo competente.

Ademais, a transferência de cotas do capital social de uma sociedade empresarial realizada diretamente entre mãe e filho, não pode ocorrer à revelia de outros herdeiros, sem a anuênciam dos mesmos, nos termos do art. 497 do Código Civil de 2002, in verbis:

Art. 496. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido

Trata-se, portanto, de exigência legal que visa dar maior segurança jurídica as partes, e que não foi observado no presente caso.

Diante de tudo o que foi exposto, uma vez constatada a falsidade da assinatura da senhora Antonia Vaz Pereira Rêgo e, por conseguinte, a ausência de



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

consentimento no que tange ao Aditivo Social nº 07, deve ser considerada inexistente a transferência de 80% das cotas da sociedade empresária BELAZARTE ao senhor Raynere Nunes Pereira Rêgo, realizada por ocasião do negócio jurídico mencionado.

Em decorrência disso, necessário conduzir a situação ora apreciada ao status quo ante, caracterizado pela atribuição da titularidade das cotas previstas no Aditivo Social nº 07 à falecida sócia Antonia Vaz Pereira Rêgo e pela realização de partilha aos herdeiros da falecida Antonia Vaz Pereira Rêgo, em procedimento de inventário.

2) DANO MORAL

Por outro lado, não há como acolher o pedido de indenização por dano moral, realizado pela parte autora.

Os elementos ou pressupostos gerais da responsabilidade civil são os seguintes: **conduta ou ato humano, nexo de causalidade e o dano ou prejuízo**. A culpa não é um elemento geral da responsabilidade civil e, sim, um elemento accidental.

O primeiro elemento da responsabilidade civil tem por núcleo a noção de voluntariedade, podendo ser positiva ou negativa (ação ou omissão). Na voluntariedade, a pessoa tem consciência daquilo que se faz, está ausente nos atos reflexos, no sonambulismo e na hipnose, por exemplo. **A regra geral é de que a conduta deve ser ilícita mas também pode haver responsabilidade civil decorrente de ato lícito, por isso, a ilicitude não pode ser um elemento geral.**

No presente caso **não se verifica a conduta a ser imputada aos réus, uma vez que não se identificou o responsável pela falsificação**, inclusive tal determinação deve ser realizada no juízo criminal pois determina a autoria do fato típico.

Outrossim, não houve exposição do nome da parte autora de forma negativa ou vexatória, de modo a causar dor, sofrimento ou humilhação, razão pela qual não há dano moral a ser compensado in casu.

Ademais, a referida transferência ocorreu no ano de 2013, sendo que a ação somente foi ajuizada em 2016. Este lapso temporal testemunha contra o pedido de indenização por dano moral, pois quem sente sua honra maculada não espera três anos para tomar alguma providência. Portanto, afasto o pedido de indenização por dano moral pleiteado pela parte autora.

Superada, portanto, a análise dos danos morais, analisa-se, agora, os alegados danos materiais.

3)DANO MATERIAL

De igual modo, **não se verifica a conduta a ser imputada aos réus, uma vez que não se identificou o responsável pela falsificação**, inclusive tal determinação deve ser realizada no juízo criminal pois determina a autoria do fato típico.

Insta esclarecer que os danos materiais não se presumem, tendo em vista sua natureza física (modifica o mundo real) passível de comprovação.

Dito isto, constata-se que a parte autora não demonstrou a existência de dano material, consoante o ônus que lhe cabia por força do artigo 373, I, do CPC.



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

Assim, não há elementos capazes de deduzir a sua eventual extensão e embasar o pleito indenizatório.

Logo, da prova contida nos autos não se encontra caracterizado os danos materiais pleiteados pela parte autora, uma vez que não se demonstrou o que o autor perdeu financeiramente com o negócio jurídico inexistente ou o que deixou de ganhar. Entendo afastado, pois, o dever das partes réis de indenizar a requerente.

Portanto, não há que se falar em danos materiais.

Anoto que no tocante ao pedido da parte autora, de condenação solidária da Junta Comercial do Estado do Piauí por indenização por danos morais, não há razão de subsistir.

A Junta Comercial não deve responder por indenização por danos materiais, uma vez que não deu causa aos fatos e, agiu de acordo com suas funções, de arquivamento dos documentos, não possuindo a qualificação necessária de averiguar a veracidade da autenticidade de assinaturas.

Colaciono jurisprudência a seguir:

APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL – Pretensão de condenação da Junta Comercial por esta ter perpetrado alteração contratual por meio de fraude com a indevida inclusão do autor como sócio – Alegação de que a referida autarquia deveria proceder à conferência da legitimidade e autenticidade dos documentos apresentados – Artigo 1.153, do Código Civil e do art. 1º, inciso I, da Lei 8.934/94 – Impossibilidade – Órgão administrativo que realizou a verificação formal da documentação apresentada – Inteligência do artigo 40, §2º, do Decreto nº 1.800/96 – Inocorrência de conduta dolosa ou culposa por parte da JUCESP – Sentença de improcedência que merece ser mantida. Sentença de improcedência mantida – Recurso não provido. (TJSP; Apelação Cível 1024546-09.2017.8.26.0002; Relator (a): Leonel Costa; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Accidentes - 16ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 13/03/2019; Data de Registro: 14/03/2019).

O disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que prevê a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, **não afasta a necessidade de demonstração da efetiva ocorrência do dano**.

Em que pese os aborrecimentos narrados pelo autor, é fato que **a JUCEPI não deu causa aos transtornos relatados**, isso porque não lhe caberia verificar deu causa aos transtornos relatado a autenticidade das assinaturas constantes em uma alteração de contrato social registrada.

Ademais, não foi demonstrada a participação de agentes públicos na fraude. Caracterizada, in casu, a culpa exclusiva de terceiro não identificado no bojo deste processo, obstando a procedência do pleito indenizatório em face da Junta. Não há nos autos comprovação de que qualquer servidor sob a responsabilidade da Junta tenha sido conivente com qualquer fraude ou falsificação relativa às referidas alterações contratuais.

Destarte, se houve erro, este se deu por parte de terceiros do qual o Órgão de Registro não teve qualquer influência seja por fraude ou qualquer outra razão.



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

É fato que o autor teve transtornos, mas para que **fosse arbitrada alguma compensação, deveria ser estabelecida alguma relação de causalidade entre o suposto dano e a conduta da JUCEPI**, o que não restou comprovado.

De bom alvitre sopesar, acerca dos pedidos das partes rés Francisco de Jesus dos Reis e Cleide Maria Carvalho Sabóia, de que seja condenado o filho/ beneficiário contratante do negócio jurídico simulado (Aditivo Social nº 07) ao pagamento de indenização ao autor, em quantum equivalente ao valor de mercado do bem à época da alienação (Aditivo Social nº 07) a ser apurado em liquidação de sentença, bem como seja condenado a parte requerida Raynere Nunes Pereira em litigância de má-fé e multa, denotando que os mesmos não devem ser acolhidos, considerando a declaração de nulidade do registro do Aditivo Social nº 07, em razão de falsificação na assinatura.

Como dispõe o Novo Código de Processo Civil, pode o réu, no momento de sua defesa, também demandar a parte autora ou terceiro. É, então, o que se denomina reconvenção. Isto, contudo, depende da conexão entre a causa e o pedido do réu, art. 343 do CPC.

Registro que diante das fundamentações acima delineadas, bem como das demais matérias suscitadas e dos argumentos expendidos pelas partes autora e réus, os pedidos restam prejudicados, devendo os interessados buscar os meios necessários e legais disponíveis.

Ademais, consoante demonstrado, não se pode tal pedido, pois se revelam como verdadeira reconvenção, que não cabe contra os réus entre si, e sim, do réu contra o autor.

Insiste-se em afirmar, que nos autos do processo não houve determinação da responsabilidade ou autoria da falsificação, o que prejudica todos os pedidos formulados pelos réus, uma vez que **não se determinou conduta específica de qualquer das partes na falsificação de documento particular**.

IV- ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA

Por fim, passo a análise do pedido da parte autora de reconsideração da concessão da tutela antecipada face a conclusão do laudo pericial atestando divergências da assinatura apostila no Aditivo Social nº 07.

Busca o autor o bloqueio judicial de todo o ativo da pessoa jurídica Belazartes, ao fundamento de se evitar dilapidação patrimonial.

A função social da empresa é importante princípio e vetor para o exercício da atividade econômica, tendo em vista que o seu sentido advém da articulação entre os diversos princípios da ordem econômica constitucional. Longe de ser mera norma interpretativa e integrativa, traduz-se igualmente em abstenções e mesmo em deveres positivos que orientam a atividade empresarial, de maneira a contemplar, além dos interesses dos sócios, os interesses dos diversos sujeitos envolvidos e afetados pelas empresas, como é o caso dos trabalhadores, dos consumidores, dos concorrentes, do poder público e da comunidade como um todo. Dessa maneira, a função social da empresa contém também uma essencial função sistematizadora do ordenamento jurídico, sendo



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

adensada por intermédio de normas jurídicas que têm por objetivo compatibilizar os diversos interesses envolvidos na atividade econômica ao mesmo tempo em que se busca a preservação da empresa e da atividade lucrativa que assim a qualifica.

Apesar de ter fundamento constitucional (art. 5º, inciso XXIII, da CF/88), exemplo de regra legal que consagra o princípio da função social da empresa é o **art. 116, parágrafo único, da Lei 6.404/1976** (Lei das Sociedades por Ações).

À luz de tal principiologia, verifico que apesar do laudo pericial reconhecer a assinatura de um dos sócios do Aditivo Social nº07 como fruto de falsificação, não se pode olvidar o trabalho desenvolvido pelos sócios atuais da sociedade, as relações jurídicas e sociais travadas pela empresa (seja com funcionários ou com seus credores) e a própria atividade econômica que irá ser totalmente prejudicada com o pedido de bloqueio de valores da conta da empresa ré Belazarte.

Trazendo prejuízos a muitos trabalhadores que poderão não receber salários, ao desenvolvimento da atividade, já que a empresa ficará sem capital de giro para comprar materiais, pagar fornecedores, entre outras situações gravosas à prestação de serviços e gestão pessoal.

Por assim dizer, em primazia aos fatos relatados e diante dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, na linha a que me detengo em decidir, deixo de conceder a antecipação de tutela, mantendo a decisão anteriormente proferida.

III- DISPOSITIVO

Ante o exposto, e diante das fundamentações acima expostas, resolvo o processo, com apreciação de mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, julgando **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos da parte autora e, para:

a) Anular o registro do ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado do Piauí em, 19/09/2013, sob o nº 29681, por ser fruto de falsificação na aposição da assinatura, conforme laudo pericial, reconhecendo como inexistente a transferência de 80%(oitenta por cento) das cotas do capital social da sociedade empresarial realizada entre Antônia Vaz Pereira Rêgo e Raynere Nunes Pereira Rêgo.(Aditivo Social nº 07).

b) Anular todos os atos subsequentes ao Aditivo Social nº 07 no que tange a cessão de 80% do capital social;

c) Declarar válida a transferência de 20% do capital social para os sócios Cleide Maria Carvalho de Saboia e Francisco de Jesus dos Reis, devendo cada qual ser detentor de 10% do capital social.

d) Indefiro o pedido de indenização por danos morais;

e) Indefiro o pedido de indenização por danos materiais;

f) Indefiro o pedido de bloqueio de valores da empresa atualmente;

g)Indefiro o pedido para que o autor faça parte da administração da empresa e nomeie uma pessoa de sua confiança até trânsito em julgado da lide, consequente o afastamento dos requeridos “proprietários”, uma vez que o afastamento e a suspensão de poderes de sócio administrador da empresa é medida extrema de **intervenção judicial na sociedade**, que somente pode ocorrer em caráter excepcional e diante de previsão legal, diante do livre exercício da atividade econômica, art. 170 da CF. Assim, a nomeação de administrador **judicial, na busca de** assegurar o regular exercício das atividades exercidas



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

pela sociedade somente é previsto no ordenamento jurídico nos casos de falência e recuperação judicial (lei 11.101/05).

h)Indefiro o pedido de nulidade de todos os atos posteriores ao contrato declarado nulo;

i)Indefiro o pedido para que o autor viúvo possa administrar os bens ativos, passivos e patrimoniais, pelos mesmos fundamentos expresso no item 'g', supra.

j)Indefiro o pedido de exibição de todos os faturamentos obtidos pela empresa desde quando houve a falsificação do Aditivo Social nº 07, **O princípio da sigilosidade** rege a escrituração dos livros comerciais e está previsto no artigo 1.190 do Código Civil, ex vi :**Art. 1.190.**Ressalvados os casos previstos em lei, nenhuma autoridade, juiz ou tribunal, sob qualquer pretexto, poderá fazer ou ordenar diligência para verificar se o empresário ou a sociedade empresária observam, ou não, em seus livros e fichas, as formalidades prescritas em lei. Assim, a exibição dos livros comerciais (que compreende o faturamento da empresa) **em juízo não pode ser feita pela simples vontade das partes ou por decisão do magistrado, salvo hipóteses previstas em lei, que não se encontram previstas no presente caso (art.1.191 do C.C.)**

k)Indefiro o pedido de reconsideração da concessão da tutela antecipada;

l)Indefiro, o pedido de gratuidade de justiça, uma vez que foi juntado aos autos pelas partes réis o comprovante de rendimento da parte autora (fls.225/228), fato este não contestado pela parte autora, bem como a ausência de comprovação das dificuldades financeira do requerente, portanto, determino que a parte autora comprove nos autos o recolhimento das custas processuais de forma integral ou querendo, divididas em até 10(dez) parcelas, devendo o recolhimento ser realizado, no prazo de quinze dias, após a intimação desta decisão, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Em relação aos pedidos das partes réis Belazarte Serviços de Consultoria Ltda ME, Francisco de Jesus dos Reis e Cleide Maria Carvalho Sabóia, decido:

a)Indefiro o pedido para que os autos seja posto em segredo de justiça;

b)Indefiro o pedido de condenação da parte autora em litigância de má fé e multa;

c)Indefiro o pedido das partes réis Francisco de Jesus dos Reis e Cleide Maria Carvalho de Sabóia para que o filho/beneficiário contratante do negócio jurídico seja condenado ao pagamento de indenização ao autor em quantum equivalente ao valor de mercado do bem à época da alienação(Aditivo Social nº 07), bem como a condenação do filho/beneficiário em litigância de má-fé e multa;

d)Defiro o pedido da parte ré Junta Comercial do Estado do Piauí, de isenção na condenação de custas e honorários, face a isenção legal prevista na Lei Estadual do Piauí nº 4.254/88, no seu art. 5º c/c art. 47 da Lei Complementar Estadual do Piauí nº 56/2005.

Observe-se à secretaria que, se a parte autora optar por pagamento das custas processuais de forma parcelada, deverá à secretaria após o comprovante de pagamento da última parcela, certificar o total recolhimento das custas.

Em caso de recurso de apelação, ciência às partes contrárias para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo legal. Após, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça, com nossas homenagens. Com o advento do novo CPC, o juízo de admissibilidade é efetuado pelo juízo ad quem, na forma do art. 1.010, § 3º.



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 25028613 e o código verificador 86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B.

Vale a presente sentença como ofício a ser protocolado perante a Junta Comercial do Estado do Piauí, após o trânsito em julgado.

Oficie-se ao juízo da 2ª Vara de Família da comarca de Teresina, Piauí, para cientificá-lo desta decisão e inclusão das cotas de capital social referente aos bens deixados pela falecida Antônia Vaz Pereira do Rêgo.

Diante do laudo criminal, determino à secretaria que encaminhe cópias na íntegra dos autos ao representante do Ministério Público para providências cabíveis.

Sucumbente em maior parte o autor, deverá arcar com as despesas processuais e com honorários advocatícios da parte adversa, fixados em 10% do valor atualizado da causa, com fundamento no artigo 86, parágrafo único do CPC.

P. R. I.

TERESINA, 7 de maio de 2019

CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA



Documento assinado eletronicamente por CARMELITA ANGELICA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 07/05/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **25028613** e o código verificador **86FD1.1E27C.A15EB.7A25A.4885A.D2A9B**.